Algumas Observações sobre as Pedagogias da Educação Popular

Dois pontos recobrem — tanto ao nível da prática quanto ao nível da teoria — a questão da autonomia dos movimentos populares (nas experiências dos trabalhos de educação popular): a valorização da experiência direta da classe na formação da consciência e a percepção de que assegurar a condução do processo significa um permanente exercício de poder.

É interessante ainda observar que, no interior dessas experiências de autonomia dos movimentos populares, todo o esforço de sistematização centre-se na questão da relação agente-base, ou seja, na elaboração de uma “pedagogia” do trabalho popular. Trata-se, no caso, de pensar que tipo de prática estará contribuindo, efetivamente, para que o processo corra na perspectiva real das classes populares. Pressupõe-se, portanto, por um lado, que a prática de organização de classe não está isenta dos embates da luta de classes, e, por outro, que esse enfrentamento ocorre no cotidiano da classe, onde se encontram o agente e a classe, e onde esta apreende a experiência de sua situação de classe e de sua luta.

A "pedagogia" dos trabalhos populares tem insistido na valorização do "saber" popular. Frei Betto afirma que "o agente deve desconfiar de sua própria racionalidade, de seu saber 'científico', para apreender a sabedoria popular, as formas de expressão não-lógicas da linguagem do povo".¹ A "intuição de classe", fruto da "experiência direta" dos "mecanismos e das contradições da sociedade capitalista"² deve ser o ponto crucial na relação agente-base, no sentido de "contribuir para que o povo ordene a sua experiência histórica na forma de percepção prospectiva, projeto a longo prazo, visão emergente dessa realidade dada, capaz de conceber uma nova forma de organização social".³ Essas afirmações se aproximariam das de Gramsci, quando este chama atenção para um núcleo de "bom senso"⁴ a ser trabalhado pela vanguarda na sua relação com as massas, e mais, quando este chama atenção para o papel do intelectual na ordenação de um saber "sentido" pelas massas, e na importância da "paixão" (do sentir) para esse conhecimento.⁵ Contudo, se a teorização de Gramsci segue na direção de pensar o momento da ordenação do "bom senso", ou seja, o momento da formação da "vontade coletiva", o esforço do pensamento "pedagógico" de Frei Betto segue na direção de esmiuçar os contornos próprios que conotam a apreensão da situação de classe, na experiência das classes populares. Vale a pena acompanhar as palavras do próprio autor: "A consciência popular não possui a mesma espinha dorsal, na qual o agente enraíza suas categorias libertadoras. O povo não conhece a história da opressão pelo estudo dos diferentes modos de produção, conhece-a por sua própria história, pelo seu passado indígena ou escravo, pela tradição familiar oral, pelo seu êxodo permanente em busca de melhores condições de vida. As coisas que o agente pensa, o povo sente. Vive na pele a dominação, as esperanças frustradas, a manipulação das classes superiores..."⁶

Na mesma direção tomada por Frei Betto, mas apresentando formulações radicalizadas, Pedro B. Garcia parte do ponto de vista de que "é insuficiente... responder que se usa o fortalecimento das camadas populares... 'para se definir' de que proposta educativa se parte"; para ele, tem que se responder à "questão do poder" que, na educação popular, estaria presente "em dois níveis": "no interior dela mesma, na relação agente/grupos populares" e

1. FREI BETTO. Da Prática da Pastoral Popular, *Encontros com a Civilização Brasileira*, n.º 2, ago. 1978, p. 99.

2. FREI BETTO. A Educação nas Classes Populares, *Encontros com a Civilização Brasileira*, n.º 13, julho 1979, p. 168.

3. FREI BETTO. Da Prática da Pastoral Popular, op. cit., p. 106.

4. PIOTTE, Jean-Marc. *La pensée politique de Gramsci*, Paris, Ed. Anthropos, 1977, p. 113.

5. Id., p. 108.

6. FREI BETTO. Da Prática da Pastoral Popular, op. cit., p. 106.

“na perspectiva de um projeto político que diga respeito a toda a sociedade”.⁷ Também em Pedro Garcia, o ponto de partida será o “saber” popular — já central na pedagogia de Frei Betto —; só que, naquele, o “saber” popular será pensado sob o crivo forte das relações de poder, a ponto de se constituir no ponto nevrálgico da constituição do poder das camadas populares. Por certo, isto terá implicações pedagógicas, tanto nas formulações a nível global: quando se afirma que a questão de se “fortalecer o poder das camadas populares não está centrada na transmissão do conhecimento, mas na criação de um espaço onde o saber popular possa se expressar”,⁸ como nas formulações que se referem à relação agente-base: “é a relação de poder que deve mudar para que o agente possa decodificar o que os grupos populares têm a dizer”...⁹ “trata-se de quebrar o ‘sistema de poder’, que não permite a explicitação do saber popular”. E esta é uma tarefa das camadas populares e não dos agentes em seu nome. A educação popular cabe abrir espaço para que se fortaleça o poder popular. Fortalecimento que se dá quando os grupos se encontram, se reconhecem como iguais e se percebem analisando o mundo que os cerca.¹⁰

A radicalidade das concepções de Pedro Garcia acerca das relações de poder presentes a nível do saber é de tal ordem que o faz cair na armadilha da cristalização do saber dominado. A denominação “saber popular”, com a qual trabalha, se justificaria pelo pressuposto de que “as camadas populares têm uma maneira própria de pensar sua inserção na sociedade a partir de sua situação de vida”, do que resultariam até mesmo diversos saberes, “conforme as diferenciações de modo de vida nas várias regiões do país”, cujo “ponto de confluência”, cujo “denominador comum”, contudo, seria “ser dominado”.¹¹ Não se estaria aí desconhecendo a ideologia dominante que, “de forma diferenciada, perpassa tanto o saber popular quanto o saber do agente”; mas se estaria buscando “o que no saber popular se revela como resistência à dominação”.¹² Neste sentido é que se entenderia que “o saber popular não é algo ‘puro’, inteiramente distinto de um outro saber” (não-popular); e mais, que “os saberes dominante e dominado interagem e se confrontam — um não existe sem o outro”.¹³

7. GARCIA, Pedro Benjamin, Educação popular: algumas reflexões em torno da questão do saber. VÁRIOS AUTORES. *A questão política da educação popular*, São Paulo, Editora Brasiliense, 1980, p. 90.

8. Id., p. 92.

9. Id., p. 101.

10. Id., p. 102.

11. Id., p. 109.

12. Id., p. 92.

13. Id., p. 109.

Dessas mesmas considerações se poderiam tirar conclusões que o autor, contudo, vai desconsiderar quando formula aspectos de sua pedagogia que se referem à “explicitação” do saber popular. Por exemplo, a de que o “saber popular, se surge da ‘situação de vida’ da classe, não é, contudo, algo dado, mas, ao contrário, vai se construindo e reconstruindo na própria experiência e no próprio embate das ideologias que o perpassam”. Pedro Garcia entende que garantir que “a determinação última de encaminhamento e controle de ação pertença às camadas populares”¹⁴ significa fazer prevalecer a sua maneira própria de conhecer e de pensar a realidade. Por certo, isto decorre, em primeiro lugar, da compreensão correta de que o espaço de vida definido pela situação de classe conforme um “saber” próprio, que é particular à classe, não apenas a nível do conteúdo expresso, mas também a nível das formas próprias de apreensão e de expressão contidas nesse “saber”. Em segundo lugar, da compreensão incorreta de que o “saber” popular expresso num determinado momento será necessariamente a tradução mais completa, do ponto de vista da classe, da realidade vivenciada por ela (como se a realidade se encarregasse de depurar as conotações externas aos interesses da classe, que não estão, contudo, ausentes de seu campo de vida).

Deste modo, as sugestões pedagógicas de Pedro Garcia vão além de considerar as manifestações próprias do “saber” popular (os traços que sugerem a sua novidade e a sua especificidade) como o campo privilegiado de atuação (ideológica e política) do trabalho de educação popular; aqueles constituiriam, na realidade, a matriz última — na verdade, já dada — daquele trabalho. Duas referências feitas por P. Garcia (é bem verdade que bastante rápidas e, por isso mesmo, simplificadas), num trecho em que remete à questão do fortalecimento do poder das camadas populares, seriam úteis para ilustrar essa sua concepção. Uma delas é quando, acerca de sua proposta, ele diz: “pedagogicamente, não faz distinção entre os interesses imediatos e reais interesses. Parte, simplesmente, dos interesses (manifestos) do grupo com o qual trabalha”. Outra, quando, em relação ao agente, ele afirma que “se os reais interesses existem, não serão desvelados pelos agentes, as próprias camadas populares os encontrarão”.¹⁵

Não se pensaria, por certo, em estabelecer demarcações rígidas — de resto, falsas — entre interesses imediatos da classe e interesses reais. Nem em atribuir aos agentes a tarefa de desvelar esses interesses reais. Se quer apenas chamar atenção para o fato de que tal como formulada por P. Garcia (e aí a referência ao trecho transcrito é insuficiente, sendo necessário levar em conta a apreensão

14. Id., p. 114.

15. Id., p. 92.

global do texto), essa proposta pedagógica acaba por conceber o trabalho de educação popular externamente ao espaço de criação do “saber” popular: o saber do agente não deveria participar no confronto de “saberes” próprio ao campo de vida das classes populares. P. Garcia se insurge contra a “transmissão” pelo agente de seu saber às classes populares, como se esse saber tivesse que ser, necessariamente, e em toda a situação, um saber anterior e acabado, externo à experiência da classe. A dialética que Gramsci aponta, entre os “intelectuais orgânicos” das classes populares e o conjunto destas, ou, em outras palavras, entre a “espontaneidade popular e a direção do partido” (entendido aqui como o exemplo mais completo de intelectual das classes populares),¹⁶ que estaria percorrendo permanentemente o processo de criação de uma “vontade coletiva”, não teria lugar na pedagogia proposta por P. Garcia. No lugar de assumir essa dialética, P. Garcia a desloca: para ele, o agente faz parte do “sistema de poder” que subjuga o “saber” popular (como agente de um saber “velado” aos demais e como possuidor de uma “linguagem” que está revestida pelo código na sociedade).¹⁷ Partindo desse pressuposto, de que os seus saberes são dicotômicos, P. Garcia não aceita um saber que poderia ser síntese da relação entre os saberes do agente e o das classes populares (e que não precisaria se dar, como ele parece supor, fora da experiência da classe — ao contrário). Do mesmo modo, ele se manifesta contra toda “sistematização” do saber popular pelo agente, que irremediavelmente permitiria ao agente “preservar o seu poder” (o poder de seu saber): “a sistematização não é neutra”... É o próprio agente que seleciona e reelabora as informações que recolhe. Esta forma de atuar faz com que a última palavra seja a sua, o que lhe permite “preservar seu poder”.¹⁸ Se chama atenção ainda para o fato de que o fechamento das idéias que informam o ponto de partida dessa conclusão estaria tolhendo elementos interessantes que ela própria sugere, e que diriam respeito à valorização da participação direta das classes populares na gestão de suas lutas — com a manifestação de formas próprias e originais, condizentes com a real “situação de classe” das forças populares.

A questão da consciência e da organização política da classe

Em que pese às possíveis dúvidas que se possam colocar sobre algumas das formulações dessas pedagogias, ou mesmo sobre al-

16. PRIOTTE, Jean-Marc. *La pensée politique de Gramsci*, op. cit., p. 251.

17. GARCIA, Pedro Benjamin. Educação popular: algumas reflexões em torno da questão do saber, op. cit., p. 101.

18. Id., p. 114.

gumas de suas implicações práticas, é certo que elas têm introduzido elementos importantes na discussão tão problemática acerca da formação da consciência. E, neste sentido, a sua principal contribuição parece ser a compreensão de que o espaço de formação da consciência não pode ser outro que o da experiência, e a de que esta não é feita somente das lutas organizadas que a classe trava, mas também das lutas cotidianas de sobrevivência (material e “espiritual”). Em outras palavras, trata-se de não absolutizar o espaço político “formal” de enfrentamento entre as classes como o âmbito único de formação de consciência. Seria, portanto, não embarcar na distinção rígida entre o que seria a consciência “empírico-psicológica” ou “real” da classe — que corresponderia a um “grau instintivo da consciência de classe”, no qual estariam presentes elementos ideológicos estranhos aos verdadeiros interesses da classe — e a “consciência de classe” ou “possível” — dada pela “situação típica” da classe, determinada no “processo de produção”, e que seria a verdadeira consciência de classe, uma vez que nela é que se tornaria consciente o “sentido” da “situação histórica de classe”.¹⁹ Ao contrário, seria o caso de se privilegiar o que na formulação de Gramsci aparece como o núcleo de “bom senso” na ideologia das classes populares, e que é outra coisa que “um sentir” que é “próprio” das classes populares, e que “se apóia sobre as experiências originais vividas por elas”, um “sentir original e independente”, que está presente no “amalgama contraditório de ideologias” vividas por essas classes.²⁰

Só que em Gramsci a ação sobre essa base de “bom senso” se dirige para a formação de uma “vontade coletiva”, capaz de gerar a construção de uma nova hegemonia (das classes populares), cujo espaço de realização é principalmente político, apesar de não deixar de se construir também — e necessariamente — através de uma “reforma intelectual e moral”. Mas a gestação de uma nova cultura, para Gramsci, é uma experiência que ocorre juntamente com o desenvolver-se das lutas de classes e, deste modo, para ele, “reforma cultural e moral e formação de uma vontade coletiva estão estreitamente unidas: uma não pode se realizar sem a outra”.²¹ Portanto, o campo crucial para Gramsci é o da experiência política das lutas travadas pela classe: “é agindo politicamente

19. Sobre as formulações originais de Lukács de “História e Consciência de Classe” ver PARANHOS, Adalberto, *Consciência de Classe e Consciência Possível*, *Revista de Cultura Vozes*, n.º 8, out. 1976, pp. 5 a 28.

20. PLOTTE, Jean-Marc. *La pensée politique de Gramsci*, op. cit., p. 113.

21. Id., p. 104.

que a classe trabalhadora toma consciência do lugar que ocupa na sociedade e do papel histórico que este lugar lhe confere”.²²

Neste sentido, as formulações de Gramsci ultrapassam o nível “pedagógico” daquelas da educação popular. O que não significa que elas não recubram questões da prática desta última. Ou que, por outro lado, esta não possa sugerir elementos novos, a serem pensados a partir das referências teóricas formuladas por Gramsci. Por exemplo, a valorização da experiência direta da classe, na formação da sua consciência, que se traduz, muitas vezes, na ocupação em luta dos espaços que estão mais próximos à vivência da classe, se aproxima bastante de algumas indicações de Gramsci a respeito da importância política e “cultural” dos diversos organismos da sociedade civil (podendo estes aqui ser compreendidos como organismos formais ou não), no sentido de classes populares exercerem sua capacidade de organização e de direção da sociedade em todos os níveis, já ao longo de sua luta pela conquista do poder. Além disso, a participação direta dos membros individualizados da classe no processo de gestação de suas lutas (a democracia de base) — que significa, na prática, uma criação original da classe no momento dado —, se constitui numa experiência a compor o complexo campo de uma reforma intelectual e moral a ser encaminhada pelas classes populares no processo de construção de sua hegemonia.

É claro, essas questões remetem aos problemas de organização política da classe. Em artigo onde discute a problemática do intelectual, em especial a “dos intelectuais orgânicos ligados às forças populares emergentes”, L. A. Gómez de Souza aponta para dois aspectos relevantes para a problemática atual da organização das classes populares no Brasil e, igualmente, para a compreensão da contribuição que as experiências de educação popular podem dar nesse processo. Chama ele atenção, em primeiro lugar, para o fato de que, “se o partido deverá surgir de dentro da própria classe, há situações, bastante mais frequentes do que se poderia crer, em que ainda não nasceu a autêntica organização política da classe e não é a autodefinição de um grupo proclamando-se vanguarda o que vai resolver o problema”. Adiante, sublinha a necessidade de “encontrar lugares onde seja possível revisar práticas, pensar em comum, compartilhando a reflexão e preparando a ação”. Sugere, pois, que a reflexão e a ação não precisam se dar circunscritas aos limites do partido (expressão política da organização da classe), fazendo referência ao que Gramsci chamou de “o partido como ideologia geral, por cima dos diferentes grupos”, à distinção “entre o partido político em sentido estrito e o ‘par-

tido ideológico', conjunto de organizações intelectuais ligadas a uma classe, sem estar subordinado a um partido político particular".²³

Sem pensar que as experiências de educação popular possam substituir a organização política da classe ou possam ser transmutadas em embrião dessa organização, parece fora de dúvida que elas são uma expressão da experiência mais geral de classe, no caminho de sua organização política. Por outro lado, as formas que as classes populares encontrarão para a sua organização política não poderão, certamente, deixar de absorver essas experiências da educação popular. De fato, a experiência recente de autonomia dos movimentos populares coloca em xeque, na prática, concepções burocráticas (ou burocratizantes) acerca da organização de classe, calcadas em idéias como a de que "a consciência política de classe não pode ser levada senão do exterior", que acabam justificando "a hipótese de que a vanguarda, 'por direito histórico', vê sempre antes e melhor que as massas".²⁴ Ao contrário, o exercício da democracia direta é o melhor caminho por onde deverá passar a construção da hegemonia das classes populares, na gestação de um novo poder.

23. SOUZA, Luiz Alberto Gómez. O intelectual orgânico: a serviço do sistema ou das classes populares?, *Encontros com a Civilização Brasileira*, n.º 3, set. 1978, p. 37.

24. A esse respeito ver CARLO, Antonio. A Concepção do Partido Revolucionário em Lênin, *Estudos Cebrap* 15, 1976, p. 97.